

1

2

3

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14 15

16 17

18

19

20

21

22 23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50 51

52

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2021, às 14 horas, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH rio das Velhas), por meio de videoconferência utilizando a plataforma Zoom (link: https://us02web.zoom.us/j/86905468541) com transmissão ao vivo no canal Reuniões CBH Rio das Velhas no Youtube, para participarem da 114ª Reunião Plenária Ordinária do CBH rio das Velhas. Participaram os seguintes conselheiros titulares gestão 2017-2021: Leila Margareth Moller, Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - ARSAE-MG; Ivaldo Martins Boggione, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER MG; João Paulo Mello Rodrigues Sarmento, Instituto Estadual de Florestas – IEF; Fúlvio Rodriguez Simão, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG; Leopoldo Ferreira Curi, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH; Valdeoclides Ferreira Soares, Prefeitura Municipal de Várzea da Palma; Leandro Vaz Pereira, Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas – CORESAB; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, Prefeitura Municipal de Jequitibá; Rodrigo Hott Pimenta, Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves; Humberto Fernando Martins Marques, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Nádja Murta Apolinário, Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Deivid Lucas de Oliveira, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Marco Aurélio Andrade Corrêa Machado, Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Saneamento Básico - SAAE Itabirito; Valter Vilela Cunha, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – ABES/MG; José de Castro Procópio, Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios – ADAO; Ademir Martins Bento, Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA; Regina Célia Fernandes Faria, Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca - PROMUTUCA e Marcus Vinícius Polignano, Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. Participaram os seguintes conselheiros suplentes gestão 2017-2021: Rosa Maria Cruz Laender Costa, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM; Sandra Pereira Silva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA; Germânia Florência Pereira Gonçalves, Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo (no exercício da titularidade); Letícia da Silva e Souza Lopes por Elton Dias Barcelos, Prefeitura Municipal de Funilândia; Eric Alves Machado, Prefeitura Municipal de Contagem; Kênia Janete Guerra, AngloGold Ashanti (no exercício da titularidade); Luiz Cláudio de Castro Figueiredo, VALE S.A. (no exercício da titularidade); Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais — FAEMG (no exercício da titularidade); Gabriela Mendes Soares Santos, Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE Caeté (no exercício da titularidade); Gilberto Tiepolo, The Nature Conservancy – TNC; Tarcísio de Paula Cardoso, Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha – ACOMCHAMA; Cecília Rute de Andrade Silva, Movimento CONVIVERDE; Ronald Carvalho Guerra, Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu – ADAF (no exercício da titularidade) e Maria Luísa Lelis Moreira, Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA. Participaram também: Derza Nogueira, Karen Castelli, Thaís Alves, Adriana Carvalho e Laura Paiva - Equipe de Mobilização e Educação Ambiental do CBH Rio das Velhas; Ohany Ferreira, Paula Procópio, Thiago Campos e Rúbia Mansur, Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo (APV); Luiz Ribeiro, Paulo Barcala e Rodrigo de Angelis, TantoExpresso - Comunicação CBH Rio das Velhas; Cláudia Marques e Patrícia Reis, Ecosoul Planejamento, Consultoria e Soluções Ambientais Ltda; Raquel Silva, MYR Projetos Estratégicos e Consultoria Ltda; Valquíria de Lourdes Capila – SCBH Taquaraçu; Aline Dias – SCBH Ribeirão da Mata; Breno Marent – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia e André Portugal. A Coordenadora Técnica da Agência Peixe Vivo Ohany Ferreira faz a leitura de orientações básicas, visando ao bom andamento da reunião virtual; realiza chamada nominal para confirmação de presença e quórum e apresenta pauta. Item 1. Abertura, orientações e verificação de quórum. Item 2. Informe: assinatura do protocolo de intenções pela segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte. Item 3. Aprovação da minuta da ata da reunião ocorrida em 28/10/2021. Item 4. Programa de produção e conservação de água; Item 5. Deliberação CBH Rio das Velhas que "altera o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2021 a 2023 e dá outras providências"; Item 6. Deliberação CBH Rio das Velhas que "aprova o Plano Orçamentário Anual (POA) da Agência Peixe Vivo, referente ao exercício de 2022"; Item 7. Deliberação CBH Rio das Velhas que "aprova o calendário e a agenda anual de atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) para o ano de 2022"; Item 8. Composição GAT - atualização da metodologia da cobrança; Item 9. Apresentação estudos dos corredores ecológicos do Médio Velhas: Estudo para mapeamento e criação de áreas de conectividade na bacia do rio Taquaraçu e áreas contíguas - Ecosoul Planejamento, Consultoria E

1



53 54

55

56

57

58 59

60

61

62

63 64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100101

102

103

104

Soluções Ambientais Ltda. Elaboração de mapeamento de corredores ecológicos no Sistema de Áreas Protegidas (SAP) Vetor Norte no âmbito das Unidades Territoriais Estratégicas (UTEs) do Ribeirão da Mata e do Carste - MYR Projetos Estratégicos e Consultoria Ltda. Item 10. Apresentação Power BI; Item 11. Apresentação histórico 2021 – Equipe de comunicação CBH rio das Velhas. Item 12. Assuntos gerais e encerramento. Na sequência, a Presidente do CBH rio das Velhas, Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, abre oficialmente a 114ª Plenária Ordinária do CBH rio das Velhas agradecendo a presença de todos; justifica a ausência do vicepresidente do Comitê, Renato Constâncio, e convida a equipe de comunicação do CBH Velhas (TantoExpresso Comunicação e Mobilização Social) a realizar uma apresentação de abertura da última plenária de 2021. Luiz Ribeiro, coordenador de comunicação, exibe o vídeo manifesto que explora o propósito do CBH rio das Velhas. Item 2. Informes: assinatura do protocolo de intenções pela segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte. Com a palavra, a presidente do Comitê diz que durante o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (SBRH) foi assinado um protocolo de intenções com o objetivo de garantir a segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte e aumentar a resiliência da bacia através de ações estruturantes e estruturais. Reforça que tratou-se de um trabalho participativo e integrado de várias instituições e agradece especialmente o Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas (Convazão) do CBH Velhas que teve um papel importante na construção do protocolo. Continua dizendo que agora é necessário tirar as ações do papel e pede o apoio do Convazão para auxiliar na criação de um plano de ação com prazos. Conclui mencionando as entidades que assinaram o protocolo: CBH Velhas; Agência Peixe Vivo; Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam); ARMBH; IEF e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Marcus Polignano complementa que o protocolo não é garantia de solução dos problemas de região metropolitana de BH e da bacia do Velhas, mas enfatiza o esforço do Comitê em chamar outros atores para a pactuação. Na sequência, pede apoio ao representante da ARMBH para agendamento de uma reunião com a Diretoria do CBH Velhas para alinhamentos em relação ao Plano Diretor Metropolitano que é fundamental para manutenção dos mananciais da região metropolitana. 2. Cecília Rute diz que participou do Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e que aprendeu muito durante o evento. Entretanto, comenta que sentiu falta da participação dos comitês de bacia. Menciona que tratou-se de um evento caro que limitou a participação da sociedade civil. Marcus Polignano também entende que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) desconsiderou os Comitês, inclusive na programação do evento, e que futuramente é necessário repensar se o CBH Velhas irá participar do evento como patrocinador ou enviando representantes. Item 3. Aprovação da minuta da ata da reunião ocorrida em 28/10/2021. Na sequência, o secretário do CBH rio das Velhas, Marcus Vinícius Polignano, coloca a ata da 113ª reunião ordinária realizada no dia 28/10/2021 para discussão e aprovação, sendo a mesma aprovada, com correção pontual no texto observada por Tarcísio Cardoso e abstenção dos representantes da ARMBH e FAEMG por não terem participado da reunião. Item 4. Programa de produção e conservação de água. Paula Procópio, coordenadora técnica da Agência Peixe Vivo, faz uma apresentação sobre o programa de produção e conservação de água. Contextualiza que o objetivo do programa é maximizar o potencial de produção de água de uma bacia hidrográfica a partir da ótica de delimitação de microbacia. Apresenta as 4 etapas do programa: hierarquização (concluída em 2021); elaboração dos projetos técnicos por microbacia; implantação das intervenções e monitoramento. Lembra que o programa foi lançado no dia 17/05 e que no dia 17/06 foi realizada reunião inicial de apresentação. Fala que 14 subcomitês aderiram ao programa e houve a indicação de 13 microbacias, tendo em vista que os subcomitês Nascentes e Itabirito fizeram indicação conjunta. Explica que a Agência Peixe Vivo contratou um consultor especialista em geoprocessamento para dar apoio durante a etapa de hierarquização e que foi realizada 1 oficina em cada região do Velhas para validação da delimitação da área indicada junto aos representantes dos subcomitês; realização de ajustes quando necessário e seleção dos critérios técnicos que seriam aplicados para hierarquização. Menciona que de um cardápio de 32 critérios, os representantes dos subcomitês selecionaram 16, sendo 4 de cada eixo (socioeconômico, governança territorial, hidrológico e biótico). A análise foi realizada com base em fontes de dados oficiais e aplicação de técnicas de geoprocessamento e a microbacia que atendeu a mais critérios foi considerada prioritária para receber os recursos do programa. A classificação final foi apresentada em outra oficina agendada para este fim. Explica que no médio baixo as microbacias indicadas pelo Paraúna e Cipó empataram e de acordo com o manual do programa, como critério de desempate teria prioridade a região que tivesse maior comprometimento hídrico. Apresenta o ranqueamento final com as microbacias prioritárias, sendo: Alto – UTE Nascentes e Itabirito com



105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

Rio Maracujá; Médio Alto – UTE rio Taquaraçu com Ribeirão Ribeiro Bonito; Médio Baixo – UTE rio Cipó com Córrego Soberbo e Baixo – UTE Guaicuí com Córrego Pedras Grandes. Conclui que a partir de 2022 serão elaborados os projetos técnicos para essas regiões. Marcus Polignano complementa que após várias conversas, foi definido que o Comitê e a APV tentarão acelerar o programa, fazendo o projeto das regiões prioritárias no primeiro semestre e no segundo semestre começar a trabalhar no projeto dos segundos ranqueados. Ressalta que o programa não interfere nas ações dos subcomitês e que tenta fortalecer da integração entre eles. Completa que estão sendo discutidos projetos integrados para o Onça e o Arrudas devido as características diferenciadas dessas UTEs. Finaliza que o Comitê não tem dinheiro suficiente para bancar todo o processo de revitalização da bacia e que o programa busca otimizar recursos, otimizar resultados e firmar parceiras. Cecília Rute comenta que é importante que o Comitê busque uma aproximação com Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente e Prefeitura de Contagem, tendo em vista as discussões relacionadas à revisão do Plano Diretor. Menciona que o impacto pode ser grande para Belo Horizonte e para a bacia do Velhas como um todo. Eric Machado diz que a prefeitura de Contagem está aberta a discussões. Item 5. Deliberação CBH Rio das Velhas que "altera o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2021 a 2023 e dá outras providências". Com a palavra, Thiago Campos, Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo, apresenta a proposta de remanejamento e alterações no PPA 2021-2023. Inicia informando que a DN CBH Velhas nº 007/2020 que aprova o PPA determina que os remanejamentos de rubricas podem ser propostos pela APV desde que justificados. Na sequência, apresenta cada um dos itens modificados com as devidas justificativas: Rubricas I 1.1.1 - atividades de mobilização e educação ambiental e I 1.2.1 - plano de comunicação. Explica que os contratos firmados com natureza continuada têm previsão de reajuste a cada 12 meses e que a Agência Peixe Vivo estava acostumada a trabalhar com reajustes da ordem de 8%. No entanto, em 2021 o índice inflacionário ultrapassou 30%. Fala que financeiramente os compromissos com os contratados estão sendo honrados, mas contabilmente as rubricas do PPA estão com valores negativos, sendo preciso alocar recursos. Rubrica I 2.1.1 - estudo sobre enquadramento dos corpos de água. Informa que a proposta é zerar o valor disponível para 2022 (aproximadamente 480 mil), pois o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF) propôs uma parceria com os comitês afluentes de Minas Gerais para financiar a universalização do instrumento até 2025 no Estado. Completa que o assunto foi tratado com a Diretoria do Velhas que entendeu que uma vez que o comitê federal irá disponibilizar o recurso torna-se desnecessária a sobreposição de esforços. Rubrica I 2.1.3 atualização, manutenção e suporte do SIGA Velhas. Fala que há uma proposta de redução de aproximadamente 90% do previsto para utilização em 2022, pois as cotações de mercado foram obtidas com valor bem inferior ao estimado durante o desenvolvimento do Termo de Referência e o valor disponível na rubrica não será integralmente utilizado. Rubrica II 1.2.1 - elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS). Diz que a proposta é zerar a rubrica (cerca 710 mil) e não realizar nenhum investimento em 2022, pois os contratos firmados para elaboração de PMSB foram concluídos em 2021 e que em tratativas com a Diretoria do Comitê considerou-se prematuro disponibilizar recursos para atualização dos PMSB sem antes realizar uma avaliação do grau de implementação dos mesmos pelos municípios. Destaca que quase a totalidade dos municípios da bacia possuem PMSB e que mais da metade deles foram financiados com recurso da cobrança. Rubrica II 1.1.1.1 projetos básicos e executivos. Explica que o investimento não será realizado em 2022 (cerca de 840 mil) por indisponibilidade de pessoal na área técnica da APV para gerenciamento desse tipo de ação. Rubrica III 2.1.1.1 implementação de projetos de recuperação hidroambiental, de recomposição florestal e de contenção de processos erosivos. Fala que a previsão de investimento era de aproximadamente 14 milhões e a proposta é reduzir pela metade, considerando que em 2022 serão iniciados os projetos do programa de produção e conservação de água e a expectativa é que as execuções ocorrerão com maior ênfase apenas em 2023. Thiago conclui que a apresentação só englobou as atividades que sofreram alterações, as demais atividades foram mantidas, conforme o planejamento inicial. Ato contínuo faz a leitura do texto da deliberação e demonstra a estrutura do PPA com as alterações. Kênia Guerra pergunta se o valor previsto para 2021 nas rubricas de comunicação e mobilização será integralmente pago apenas após a aprovação do remanejamento. Pergunta também se a previsão de arrecadação foi observada para planejamento da execução de 2022 e 2023. Thiago Campos responde que há um saldo da ordem de 35 milhões em conta que vem permitindo que todos os compromissos contratuais sejam honrados. Destaca que não existem pendências com fornecedores ou



157

158

159

160

161162

163

164 165

166

167

168

169

170171

172

173

174

175

176177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189 190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

prestadores de serviço e que a questão a ser acertada é apenas contábil. Sobre a arrecadação fala que a expectativa de arrecadação para 2021 era de 8 milhões e para 2022 de 11 milhões. No entanto, o decreto nº 48160/2021 mudou a metodologia da cobrança, surpreendendo a Agência Peixe Vivo. Explica que agora o usuário só pagará após a utilização da água e em tese não haverá cobrança em 2021. Conclui, porém, que em termos de investimentos a situação é irrelevante devido ao saldo existente em conta. Cecília Rute pergunta sobre a atualização dos valores da cobrança e sobre as prestações de contas ainda não aprovadas pelo Igam. O gerente de projetos da APV informa que o órgão gestor ainda não deu retorno sobre a avaliação das prestações de contas e que isso continua preocupando a Agência. Fala que não é possível estabelecer um prazo para aprovação das mesmas, pois essa questão foge ao controle da Peixe Vivo. Sobre os valores cobrados, lembra que em 2020 foi aprovada atualização dos Preços Públicos Unitários (PPU) para recuperação da perda inflacionária. Diz ainda que muito embora o reajuste tenha sido validado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) os efeitos ainda não foram sentidos em razão da mudança da metodologia da cobrança mencionada anteriormente. Marco Aurélio diz que a proposta de modificação do PPA deveria ter sido enviada anteriormente para possibilitar melhor avaliação pelos conselheiros. Poliana Valgas fala que as convocações das plenárias são enviadas 10 dias úteis antes da data da reunião e todos os documentos a serem apreciados são encaminhados como anexo. Após votação nominal, a Deliberação CBH Rio das Velhas que altera o PPA dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2021 a 2023 é aprovada com abstenção do Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo. O conselheiro justifica que não avaliou os documentos previamente. Item 6. Deliberação CBH Rio das Velhas que "aprova o Plano Orçamentário Anual (POA) da Agência Peixe Vivo, referente ao exercício de 2022". Thiago Campos contextualiza que o Contrato de Gestão determina que o orçamento da Agência deve ser aprovado pelo plenário do Comitê. Nesse sentido, inicia a apresentação da proposta orçamentária da APV elaboradora com suporte da sua Gerência de Administração e Finanças. Faz a leitura do texto da Deliberação e detalha as despesas administrativas planejadas como tarifas públicas, despesas de escritório e folha de pagamento. Explica que se trata da parcela de 7,5% da cobrança. Completa que a adaptação ao decreto nº 48160/2021 poderia causar um colapso na Agência, pois apesar de haver um grande recurso em conta para investimento, o recurso para custeio é limitado. Por esse motivo houve uma articulação com os principais usuários pagadores da bacia (Copasa e Vale) que aceitaram fazer uma antecipação do pagamento para suprir a parcela destinada ao custeio da Agência. Por fim, demostra a previsão de arrecadação de R\$1.070.381,31 e a previsão de despesas de R\$1.065.417,14. Ohany Ferreira completa que a Agência Peixe Vivo, a pedido do Igam, está realizando um trabalho de contato com os usuários inadimplentes para tentar aumentar a arrecadação durante a fase de transição e adequação ao Decreto. O secretário do CBH Velhas fala que o valor destinado ao custeio da Peixe Vivo é pouco para manter a sua estrutura e que o CBHSF atualmente banca 80% da Agência. Finaliza dizendo que a possibilidade de custeio compartilhado é o que permite que o Velhas tenha uma Agência. Deivid de Oliveira explica que a cobrança era realizada de acordo com a previsão de uso e não com o volume real consumido e registra o trabalho feito pelo Igam em articular com os grandes usuários a antecipação do pagamento. Marcus Polignano lamenta que a política pública faça as deliberações sem aprofundamento com os outros entes. Ressalta que a não realização da cobrança por um ano criou um vácuo operacional na Agência e que se não fosse a cooperação dos usuários que aceitaram antecipar os pagamentos os transtornos seriam enormes. Em votação nominal, a Deliberação CBH Rio das Velhas que aprova o POA da Agência Peixe Vivo, referente ao exercício de 2022 é aprovada com abstenção do Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo. O conselheiro justifica que não se sente confortável em aprovar o orçamento da Agência, devido à ausência de prestação de contas por 11 anos. Marcus Polignano esclarece que a Agência Peixe Vivo envia a prestação de contas anualmente e é o órgão gestor que não está cumprindo com seu papel de avaliá-las. Tarcísio Cardoso fala que é membro do Conselho Fiscal da Agência Peixe Vivo e que acompanha as cobranças constantes ao Igam. Destaca que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) vem aprovando todas as contas da Agência vinculadas aos contratos de gestão com o CBHSF e CBH Verde Grande. Item 7. Deliberação CBH Rio das Velhas que "aprova o calendário e a agenda anual de atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) para o ano de 2022". Ohany Ferreira explica que uma das metas do Contrato de Gestão é a criação e acompanhamento do calendário e da agenda de atividades do Comitê. Nesse sentido, a Agência Peixe Vivo com o apoio da Diretoria do Comitê; da coordenação das Câmaras Técnicas e da equipe de mobilização e educação ambiental montou uma proposta de calendário para ser submetida à aprovação do



209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227228

229

230

231

232

233234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260

plenário. Comenta que após a elaboração do documento surgiram alguns pedidos de ajustes que serão apresentados. Ressalta que se houver necessidade de outras modificações, elas podem ser feitas antes da aprovação do documento. Na sequência apresenta a previsão de reuniões do CBH para o ano de 2022. Após discussões foi definido que serão realizadas 5 Plenárias; 6 reuniões de Diretoria; 4 reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC); 2 reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL); 6 reuniões da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC); 6 reuniões da Câmara Técnica de Educação, Mobilização e Comunicação (CTECOM); 4 reuniões do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) e 5 eventos: Oficina técnica sobre formação de preços para contratação de obras e serviços públicos; Semana do rio das Velhas; Encontro de Subcomitês; Encontro com Prefeitos e Capacitação CTECOM. Ohany explica que as reuniões extraordinárias podem ser realizadas desde que justificadas. Marcus Polignano pede antecipação da data da primeira reunião Plenária do ano para cumprir o prazo para avaliação do processo de outorga da SUDECAP que foi encaminhado ao Comitê. Deivid de Oliveira pergunta se as Plenárias de 2022 serão realizadas presencial ou virtualmente e defende a manutenção de reuniões virtuais. Poliana Valgas diz que a Diretoria tem avaliado a possibilidade de retorno de atividades presenciais. Entende que as Câmaras Técnicas se adaptaram muito bem ao formato virtual, mas no caso das Plenárias pede apoio da Agência Peixe Vivo e da equipe de mobilização e educação ambiental para realizar uma enquete com os conselheiros para saber a preferência de cada um deles. Finaliza que por enquanto as reuniões continuarão ocorrendo virtualmente. Em votação, a Deliberação CBH Rio das Velhas que aprova o calendário e a agenda anual de atividades do CBH Rio das Velhas para o ano de 2022 é aprovada por unanimidade. Item 8. Composição GAT - atualização da metodologia da cobrança. Thiago Campos contextualiza que há cerca de 2 meses a Agência Peixe Vivo publicou um ato convocatório com objetivo de contratar uma consultoria que vai dar um suporte no aprimoramento da metodologia da cobrança em atendimento a necessidade de adequação à DN nº 68/2021/CREH e Decreto nº 48160/2021. Fala que a questão já está sendo discutida com a Diretoria e que será necessária a formação de um grupo para acompanhamento dos trabalhos da contratada. O secretário do CBH Velhas informa que na primeira Plenária de 2022 será realizada uma apresentação com as funções e desafios do grupo de trabalho e na sequência será definido quais serão os representantes do Comitê. Leandro Pereira reitera a necessidade de atualização do cadastro de usuários pagadores, para reduzir o número de usuários ilegais. Sem mais comentários, inicia-se a apresentação do item 9. Apresentação estudos dos corredores ecológicos do Médio Velhas: Paula Procópio contextualiza que serão apresentados dois projetos demandados no segundo chamamento. Esclarece que os projetos estão sendo desenvolvidos por empresas diferentes, com cronogramas diferentes e em áreas com características próprias. Na sequência, convida a representante da empresa Ecosoul Planejamento, Consultoria e Soluções Ambientais para realizar a apresentação do estudo para mapeamento e criação de áreas de conectividade na bacia do rio Taquaraçu e áreas contíguas. Patrícia Reis inicia sua fala com o histórico da Ecosoul; a equipe envolvida no projeto e suas etapas: plano de trabalho; caracterização geral; mapeamento de corredores ecológicos; cadastro de propriedades e plano de ação. Fala que a definição dos corredores ecológicos partiu do mapa de uso e ocupação do solo e baseou-se também no programa CONECTA do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que possui uma lógica de uso da terra amigável. Fala que a proposta para a bacia do Taquaraçu possui um conceito de mosaico de paisagens, com a lógica que os corredores façam parte de grandes redes ecológicas compostas por blocos de paisagens naturais. Destaca que pensou-se na realização de um trabalho construtivo de base junto aos produtores rurais para fazer o layout e o modelo da paisagem integrado com as comunidades presentes. Apresenta fotos do território que demonstram o potencial da região em recursos hídricos; áreas protegidas; conexão entre mata atlântica e cerrado. Destaca a importância da Unidade Territorial Estratégica (UTE) Taquaraçu para se estabelecer grandes conectividades entre o complexo de Unidades de Conservação (UC) do quadrilátero ferrífero; a Serra do Cipó e o Carste Lagoa Santa. Segue falando da proposta de 3 grandes corredores ecológicos e caracteriza cada um deles: Corredor 1 – Áreas de Proteção Ambiental (APAS) municipais, Serra da Piedade e Parque Nacional da Serra do Cipó (PARNA Cipó). Corredor 2 – Serra da Piedade e Reserva da Vida Silvestre Estadual de Macaúbas (RVS Macaúbas). Corredor 3 - RVS Macaúbas e PARNA Cipó. Menciona os momentos participativos realizados ao longo do projeto: seminário inicial; consulta pública; seminário final e oficina para construção do plano de ações. Explica que o plano de ações foi feito em 7 pilares: 1 conhecer e reconhecer o território das pessoas; 2 sensibilizar, educar e comunicar; 3 incentivo financeiro, fiscal ou técnico executivo aos produtores para adoção de boas práticas ambientais; 4 criar, fortalecer e integrar organizações e instituições atuantes no território; 5 gerar



261262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

renda a partir do turismo e da produção sustentável; 6 implementar políticas públicas que vão ao encontro dos corredores ecológicos e 7 conservar a natureza. Por fim, apresenta uma cartilha realizada com linguagem acessível fazendo um contexto da bacia do Taquaraçu; os corredores e a lógica da harmonia entre a produção, a conservação, a biodiversidade e o potencial do turismo da região. Patrícia agradece a oportunidade de fala e se coloca a disposição para esclarecimentos. Foi combinado que as perguntas serão respondidas após a apresentação da MYR Projetos Estratégicos e Consultoria sobre a elaboração de mapeamento de corredores ecológicos no Sistema de Áreas Protegidas (SAP) Vetor Norte no âmbito das Unidades Territoriais Estratégicas (UTEs) do Ribeirão da Mata e do Carste. Com a palavra Raquel Silva inicia sua apresentação dizendo que Myr está em uma fase diferente do trabalho apresentado pela Ecosoul e que no momento a empresa está realizando o mapeamento dos corredores. Contextualiza a área de estudo que possui 26 unidades para conexão e o objetivo da criação de corredores ecológicos. Apresenta a metodologia utilizada que levou em consideração a necessidade de conectar uma área grande e com um contexto diverso. Fala que foram selecionados fragmentos de remanescentes florestais que suportam conexão e das 26 unidades, apenas uma não será passível de conexão devido ao contexto muito urbanizado da área. Diz que a empresa está na fase final de definição das áreas de maior relevância para proposição de corredores ecológicos e que já foi feita uma rodada de reuniões estratégicas com os atores envolvidos. As próximas fases serão: realização do cadastro de propriedades nas áreas propostas para os corredores (100 propriedades, conforme TDR); ações e metas para criação dos corredores e ações de mobilização social. Sobre o uso e ocupação do solo fala da predominância de área de vegetação natural, mas destaca que existem várias áreas de pastagens. Comenta sobre questões que devem ser observadas como áreas de rios sem cobertura vegetal adequada; cercas muito densas; estradas de terra sem redutor de velocidade; lixo e ocupação indevida. Apresenta ainda o comprimento dos corredores por municípios sendo que Pedro Leopoldo, Matozinhos e Lagoa Santa apresentam respectivamente as maiores quilometragens de corredor. Conclui que a empresa está absorvendo uma angústia grande dos produtores; proprietários; sindicatos rurais e prefeituras, principalmente sobre a perda de área produtiva e formas de compensação. Fala que a intenção é tratar os questionamentos da melhor forma possível no plano de ação, mas que não será possível responder a todos eles agora tendo em vista que algumas questões só podem ser esclarecidas posteriormente durante a execução dos trabalhos para garantir a adesão dos proprietários e produtores. Poliana Valgas parabeniza as apresentações e comenta que os projetos de corredores são muito importantes para o Comitê. Espera que no futuro os corredores possam ser consolidados e que outras regiões da bacia se inspirem no Taquaraçu para ampliar as conexões ecológicas em toda a bacia. Procópio de Castro fala que está acompanhando os projetos através dos subcomitês. Explica que a responsabilidade de instalação de corredores ecológicos é do IFE e acha importante o agendamento de uma reunião entre a diretoria do Instituto e a do Comitê para construção de um processo de revisão sistêmica de região. Completa que a região do Carste apresenta várias restrições de uso e já existe um conflito instalado. Fala que deve ficar claro para os proprietários que os corredores serão implementados prioritariamente nas reservas legais e no Cadastro Ambiental Rural (CAR), ou seja, será utilizada pouca área além da já prevista. Continua que paralelo ao processo de execução dos corredores, deve ser implantado o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de forma permanente na região do Carste e também nas cabeceiras de rios e afluentes. Conclui que a mobilização do projeto do Vetor Norte foi considerada fraca, sendo necessário aprimoramento. Germânia Gonçalves parabeniza os trabalhos apresentados e sugere que se aumente a comunicação com os produtores que ficou aquém do esperado (apresentação 2). Fala da importância da realização de trabalhos de campo e de melhorar a articulação com o IEF. Tarcísio Cardoso comenta que é preciso buscar amparo e subsídio quando da construção dos projetos para que no futuro o trabalho não seja perdido por decisões que independem do Comitê. Humberto Marques questiona se seria possível conectar os corredores urbanos de Belo Horizonte com os corredores apresentados. Em resposta, Patrícia Reis fala que a Ecosoul conseguiu um bom envolvimento dos municípios partindo dos atores dos subcomitês e seguindo para escuta ativa de outros indicados. Além disso, comenta que houve a participação de representantes da empresa nas reuniões dos grupos que estão discutindo os planos diretores municipais. Sobre os corredores em Belo Horizonte, entende que trata-se de um outro tipo desafio. Menciona que existem estudos de corredores e arborização que podem ser aplicados para conectar áreas estratégicas como Serra do Curral; Parque da Baleia; Parque das Mangabeiras; Serra Verde, dentre outras. Raquel Silva explica que a Myr enfrentou dificuldades com a mobilização, pois o projeto foi iniciado no auge da pandemia, não sendo possível estar tão presente em campo. No entanto, fala que como os



313314

315316

317

318319

320

321

trabalhos ainda estão em andamento será possível superar os problemas e trazer mais parceiros para o projeto. Finaliza que o envolvimento do IEF é realmente essencial. Pelo avançar da hora, e com a concordância do Plenário o **Item 10**. **Apresentação Power BI** será retomado na próxima reunião. **Item 11**. Apresentação histórico 2021. A equipe de comunicação do CBH Velhas apresenta um vídeo com um resumo das ações do CBH Velhas em 2021. Os vídeos serão disponibilizados no canal do Youtube do Comitê. **Item 12**. **Assuntos gerais e encerramento**. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente Poliana Aparecida Valgas de Carvalho agradece a todos e todas que contribuíram de forma direta e indireta com os trabalhos do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas e encerra a reunião da qual lavrou-se a presente ata. A Diretoria do Comitê atesta que a reunião foi realizada com estrutura mínima para possibilitar a participação dos conselheiros.

Poliana Aparecida Valgas de Carvalho Presidente do CBH Rio das Velhas

Marcus Vinícius Polignano Secretário do CBH Rio das Velhas

war Our Bligues